



DOSSIÊ



## **Raça, Interseccionalidade e Violência**

Corpos e processos de subjetivação em mulheres negras e lésbicas

Fátima LIMA, *Universidade Federal do Rio de Janeiro*

---

Partindo da raça enquanto categoria política, em diálogo com a perspectiva interseccional, este texto tem como objetivo provocar uma reflexão crítica sobre os modos de vidas, os desafios e os enfrentamentos vivenciados por mulheres negras e lésbicas em contextos brasileiros. As lésbicas negras têm seu corpo-subjetivação atravessado por três eixos de opressão que atuam com muita força: raça, gênero e sexualidade, marcando uma tripla opressão que, ao ser coadunada com outros marcadores categoriais como classe, geração, território, entre outros, intensifica os processos de exclusão. As reflexões desenvolvidas configuram-se em oposição às tentativas de apagamento e silenciamento das questões raciais, principalmente de lésbicas negras e/ou racializadas, seja no movimento negro, no movimento LGBTTT e na produção de reflexões acadêmicas tanto no campo das Ciências Humanas e Sociais como nos campos das teorias feministas, dos direitos humanos e das políticas públicas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Raça. Interseccionalidade. Lesbianidade. Violência.

---



## Sobre dores, saudades e (re)existências

*Nós estamos em toda parte  
Nós estamos em toda parte e as pessoas brancas ainda não nos veem.  
Elas nos empurram das calçadas.  
Nos tratam por homens.  
Esperam que lhes cedamos nosso lugar no ônibus.  
Nos desafiam com suas faces.  
Têm medo de nós em grupos.  
Daí o brutal mano a mano.  
Como num roteiro de telejornal, toda transação frustra raiva.  
De mãos dadas comigo você alerta não deixá-los meter-se entre nós  
não deixá-los meter-se entre nós na rua.  
Somos atacadas por homens loucos de guerra gravando seus tiros em  
fita cassete estéreo.  
Nós estamos em toda parte  
Cheryl Clarke<sup>1</sup>.*

*Para Luana Barbosa  
Para Marielle Franco  
Para todas nós!*

## Introdução

*Eu me nomeio “lésbica” porque essa cultura oprime, silencia e destrói  
as lésbicas, mesmo as lésbicas que não chamam a elas mesmas como  
“lésbicas”. Eu nomeio a mim mesma “lésbica” porque eu quero ser  
visível para outras lésbicas negras. Eu nomeio a mim mesma  
“lésbica” porque eu não quero subscrever-me à heterossexualidade  
predatória/institucionalizada. Eu me nomeio lésbica porque eu quero  
estar com mulheres (e elas todas não têm que chamarem-se a si  
mesmas ‘lésbicas’). Eu me nomeio “lésbica” porque é parte da minha  
visão. Eu nomeio a mim mesma lésbica porque ser mulher-  
identificada foi o que veio me mantendo sã. Eu chamo a mim mesma  
“Negra”, também, porque Negra é a minha perspectiva, minha  
estética, minhas políticas, minha visão, minha sanidade.  
Cheryl Clarke, em “Novas Notas em Lesbianismo”<sup>2</sup>.*

1 No original: “We are everywhere We are everywhere and white people still do not see us. They force us from sidewalks. Mistake us for men. Expect us to give up our seats to them on the bus. Challenge us with their faces. Are afraid of us in groups. Thus the brutal one on one. Like a t.v. news script, every transaction frustrates rage. Hand in hand with me you admonish not to let them come between us not to let them come between us on the street. We are struck by war crazy men recording their gunfire on stereo cassette decks”. Traduzido por Santos e Botelho (2013).

2 Ver <https://apoiamutua.milharal.org/2013/07/26/por-que-me-nomeio-lesbica-por-cheryl-clarke/>. Acesso em 14/05/2018.



Partindo da raça enquanto ficção materializada em corpos e processos de subjetivação e, principalmente, de sua intersecção com as categorias de gênero e sexualidade, este texto tem como objetivo provocar uma reflexão crítica sobre os modos de vidas, as vicissitudes, os desafios e os enfrentamentos vivenciados por mulheres negras<sup>3</sup> e lésbicas em contextos brasileiros. As lésbicas negras têm seu corpo-subjetivação atravessado, entre outros, por três eixos de opressão que atuam com muita força: raça, gênero e sexualidade, marcando uma tripla opressão que, ao ser coadunada com outros marcadores categoriais como classe, geração, território, entre outros, intensifica os processos de exclusão. As reflexões aqui apresentadas tomam os debates suscitados pelo feminismo negro estadunidense (COLLINS, 2012; LORDE, 1984; hooks, 1984, 2000; DAVIS, 2016; CLARKE, 1988) e as reflexões descoloniais de Lugones (2008, 2011) e de intelectuais-ativistas brasileiras (GONZALEZ, 1984; CARNEIRO, 2011) como territórios epistemo-metodológicos que nos ajudam a pensar e tomar posições políticas e éticas frente às opressões e violências que atravessam as vidas de mulheres negras e lésbicas. Aliado a isto trago reflexões importantes de intelectuais negros, principalmente Frantz Fanon (2008) e Achille Mbembe (2017, 2018). Deste último, destaco a noção de Necropolítica, que contribui na compreensão dos diagramas de poder que organizam a possibilidade de uma vida matável.

As violências sofridas por lésbicas negras e racializadas<sup>4</sup> em contextos ao Sul ainda são muito pouco visibilizadas, discutidas e enfrentadas. Marcadas pelo silêncio e pela dor, suas histórias são atravessadas por diferentes formas de violências que vão desde as práticas discursivas injuriosas ao estupro corretivo, espancamentos e assassinatos<sup>5</sup>. No movimento LGBTT brasileiro, por exemplo, as mulheres lésbicas sempre denunciaram seu apagamento. Com isso, quando a questão racial passa a ser a espinha dorsal em diferentes situações de opressões e violências na comunidade LGBTT, torna-se

---

3 Sob a designação de “mulher negra” estão incluídas as mulheres autodeclaradas e/ou classificadas como negras e pardas e que se encontram em lugares atravessados por diferentes eixos de opressão, entre estes o racismo e o sexismo. Ver Lima (2017).

4 Mesmo entendo que os grupos de pessoas brancas são também racializados, o termo aqui é colocado em relação às mulheres não brancas e que se encontram em espaços atravessados por diferentes opressões e assimetrias.

5 Sobre dados referentes ao lesbocídio ver Peres, Milena Cristina Carneiro (et. al). Dossiê sobre lesbocídio no Brasil: de 2014 -2017. Rio de Janeiro, Livros Ilimitados, 2018.



evidente que esse movimento ainda é (apesar dos avanços nos debates identitários) hegemonicamente branco, com elementos misóginos, sexistas e, conseqüentemente, também racistas e pouco implicado com a urgente agenda racial - ponta de lança nas questões sociais vivenciadas no Brasil nas últimas décadas<sup>6</sup>. Essas questões foram denunciadas por militantes negras e lésbicas que tiveram e têm um protagonismo no enfrentamento dessa agenda. Como exemplo, temos a organização não governamental (ONG) Coisa de Mulher, na cidade do Rio de Janeiro que tem trabalhado raça e gênero, racismo e sexismo, principalmente através da militância de Neusa das Dores Pereira, entre outras.

Assim, partindo da “raça” e de modos de vida (no âmbito do que podemos traduzir como uma comunidade LGBTTT plural e em devir no Brasil), construirei um exercício cartográfico com base em alguns acontecimentos-dispositivos que envolveram lésbicas negras, evidenciando diferentes experiências de racialização e as violências sofridas, como consequência da relação perversa entre racismo e sexismo.

Esses acontecimentos-dispositivos foram vistos a partir de uma perspectiva interseccional (CRENSHAW, 1994, 2002), a raça é atravessada por questões de gênero e sexualidades, tornando visível e dizível a produção e atuação dos modos de vida lésbicos na fratura da colonialidade (LUGONES, 2008, 2011), nas (re)existências e na construção e disputa de agendas feministas em um contexto marcado por processos diaspóricos construídos na experiência do Atlântico Negro (GILROY, 2012) ou no contexto transatlântico, como tão bem coloca Beatriz Nascimento no documentário *Orí* de Rachel Gerber<sup>7</sup>.

As reflexões aqui desenvolvidas se configuram na oposição às tentativas de apagamento e silenciamento das questões raciais, principalmente de lésbicas racializadas, seja no movimento negro, no movimento LGBTTT e na produção de reflexões acadêmicas (tanto no campo das Ciências Humanas e Sociais como nos campos das teorias feministas, dos direitos humanos e das políticas públicas).

---

6 Ver <https://www.geledes.org.br/visibilidade-lesbica-o-estalar-de-chicote-no-movimento-lgbt/> Acesso em 14/05/2018.

7 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mSikTwQ779w>. Acesso em 14/05/2018.



## 1) Onde a faca corta a carne - *Eu sou a próxima!*

**Acontecimento 1** - 6 de outubro de 2012. Cuiabá, capital do estado de Mato Grosso, Região Centro-Oeste do Brasil. Denise Ribeiro da Silva, 26 anos, lésbica, foi assassinada com uma arma branca (faca). Segundo uma das reportagens sobre o assassinato de Denise, “o crime tem conotação homofóbica, pois as vítimas eram homossexuais e o autor teria ficado com ciúmes pelo fato de sua companheira estar sendo assediada pela mulher, que sobreviveu à tentativa de homicídio”. A mulher a qual a reportagem se refere era a namorada de Denise. Além de Denise, a sua amiga travesti (cujo nome masculino a reportagem faz questão de assinalar) também foi assassinada<sup>8</sup>.

Em nenhum momento as produções discursivas referentes a este caso mencionaram que Denise era uma mulher negra e que tinha uma performance corporal mais próxima daquela definida como masculina. Essa questão - que veremos de forma um pouco mais aprofundada mais adiante - é uma das características que marca o processo de construção racial no Brasil, onde o embranquecimento da população negra, aliado à construção do mito da democracia racial, constituíram uma forma de subjugação, mascaramento e silenciamento das questões raciais. Ou seja, um racismo disfarçado, o que dificulta, muitas vezes, os processos de reflexão e leitura crítica da relação entre raça, gênero e sexualidade. Além disso, é perceptível que a reportagem não conseguiu singularizar a violência sofrida por Denise, que foi entendida como um caso de homofobia em vez de uma prática lesbofóbica<sup>9</sup>.

**Acontecimento 2** - Madrugada do dia 22 de fevereiro de 2016, litoral de São Paulo, Brasil. A jovem Priscila Aparecida Santos da Costa foi assassinada com arma de fogo por reagir às ofensas lesbofóbicas proferidas contra ela e sua companheira. O suspeito foi identificado como Fabiano da Silva Gregório, de 19 anos. Em nenhum momento as reportagens referentes ao caso mencionaram que Priscila era também uma mulher negra e que tinha uma performance corporal mais próxima daquela definida como masculina (como vimos também no caso de Denise). Isso reitera a matriz de inteligibilidade cultural de gênero que tenta manter a relação sexo-gênero-desejo sedimentada em uma ficção

---

8 Ver <https://we.riseup.net/sapafem/lista-de-l%C3%A9sbicas-mortas-pela-lesbofobia>. Acesso em 14/05/2018.

9 Ver <http://www.gazetadigital.com.br/conteudo/show/secao/3/materia/442281/t/autor-de-duplo-homicidio-e-localizado>. Acesso em 14/05/2018



biologizante (RUBIN, 1998; BUTLER, 2003). Segundo a namorada de Priscila - Melissa, o acusado pelo homicídio já tinha proferido injúrias sexistas e lesbofóbicas contra Priscila em outra ocasião. “Ela [Priscila] me disse uma vez que já discuti com esse rapaz porque ele falava para ela virar mulher e se vestir direito”, contou Melissa em uma reportagem no portal Gay<sup>10</sup>. O apagamento, silenciamento e embranquecimento continuam operando com força nas práticas discursivas que envolveram o assassinato de Priscila. Quanto ao apagamento da raça como um elemento fundamental nas práticas sociais, é bom lembrar, junto com a pensadora, *performer* e ativista Grada Kilomba, que “no racismo, a recusa é usada para manter e legitimar estruturas violentas de exclusão social” (KILOMBA, 2013, p. 16).

**Acontecimento 3** - 08 de abril de 2016. Ribeirão Preto. Interior de São Paulo. Brasil. O bairro é Jardim Paiva II, mais uma localidade de periferia predominantemente ocupada por pretos/as e pobres. Luana Barbosa dos Reis Santos, 34 anos, mulher, negra, lésbica (fora dos padrões designados como femininos e próxima de uma construção estética *butch*), mãe de um adolescente de 14 anos, tinha acabado de sair à rua para levar seu filho para uma aula de informática. Em uma esquina conversava com um amigo, quando foi abordada por policiais (de forma agressiva) e com eles se desentendeu, sendo brutalmente agredida por três policiais militares na frente de seu filho, vizinhos, mãe e irmã. A família (mãe e irmã) e a companheira de Luana tiveram suas casas revistadas e foram ameaçadas de morte. Os policiais alegaram que foram agredidos<sup>11</sup>. Na delegacia, a irmã de Luana - Rosane - gravou um vídeo e as imagens e o depoimento de Luana são chocantes<sup>12</sup>. Alguns dias após as agressões, Luana foi hospitalizada com muitos hematomas e ficou constatado um politraumatismo craniano.

13 de abril de 2016 - o corpo-subjetividade de Luana não suportou tamanha violência. Luana veio a óbito. A família doou seus órgãos.

---

10 Disponível em: <http://www.gay1.lgbt/2016/03/namorada-de-mulher-morta-por-lesbofobia.html>. Acesso em 14/05/2018.

11 Ver <http://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2016/04/apos-morte-familia-acusa-pms-de-espantar-mulher-em-ribeirao-preto.html>; <https://ponte.org/a-historia-de-luana-mae-negra-pobre-e-lesbica-ela-morreu-apos-ser-espantada-por-tres-pms/> . Acesso em 14/05/2018.

12 Ver [https://www.youtube.com/watch?v=HcFG\\_BvwRSk](https://www.youtube.com/watch?v=HcFG_BvwRSk). Acesso em 14/05/2018.





O assassinato brutal de Luana, apesar de pouco divulgado, foi um dispositivo para que lésbicas negras e periféricas criassem a Coletiva Luana Barbosa em São Paulo. Através da Coletiva, foi produzido o documentário *Eu sou a próxima*, que traz diferentes narrativas de situações de violências vividas. “O grupo é composto por nove mulheres (...). Todas são negras e periféricas, lésbicas (ou bissexuais) e duas são mães. Há cerca de um ano, elas se uniram para ajudar na organização da Caminhada de Mulheres Lésbicas e Bissexuais de São Paulo - um evento anual para a visibilidade deste grupo - e desde então seguem juntas, realizando ações para trazer mais representatividade e visibilidade para mulheres como elas: rodas de conversa, eventos feministas, festas exclusivas para mulheres (como a ‘Sarrada no Brejo’), e até uma espécie de creche para que as mães possam deixar seus filhos e se divertir, o ‘Brejinho do Pijama’. Todos os ganhos da coletiva são revertidos em ajuda para mulheres desempregadas, em situação de rua ou endividadas”<sup>13</sup>. A Coletiva Luana Barbosa mostra como é possível (re)existir na dor, reinventar a vida, habitar a fratura colonial (LUGONES, 2010) e dizer que a vida das lésbicas negras importa.

## 2) Como andar na dor

**Acontecimento 4** - Quarta-feira, dia regido por Iansã, Rio de Janeiro, 14 de março de 2018. Me planejei para ir a uma palestra às 18h; na sequência, iria a ONG Casa das Pretas prestigiar o evento: *Jovens Negras movendo as estruturas*. A Casa das Pretas tem sido um espaço onde tenho oxigenado meus afetos, ampliado meus horizontes e trocado produções de conhecimentos. O trânsito na Lapa, região central do Rio de Janeiro, onde moro e onde também funciona a sede da Casa das Pretas, estava inviável neste dia. Desisto de ir à palestra, desço do táxi e vou a pé. Chego lá por volta das 18h30min. A casa estava lotada - em sua maioria mulheres negras - para assistir a uma mesa com jovens negras e com a vereadora Marielle Franco. Uma mãe amamentava uma criança. Um turbante cor de laranja se sobressaía na multidão de cabeças. Exuberantes *blacks* eram pontos potentes de resistência. Um pouco mais tarde, chegou Marielle Franco. Dei-lhe um abraço e um beijo, trocamos palavras e afetos. Estava linda. A boca pintada de azul; o lindo cabelo crespo e cacheado estava divino. Comentei: “cada vez mais loira”. Ela me

---

13 Fonte: <https://revistacult.uol.com.br/home/grupo-quer-dar-visibilidade-a-casos-de-lesbofobia/>. Acessado em 21/10/2017.



disse sorrindo: “a gente pode tudo, inclusive ser loira”. Sorri. Marielle, depois de cumprimentar todas as que estavam no início da sala onde o evento aconteceria, dirigiu-se para o lado oposto, atravessando a sala lotada, sentou-se com outras quatro mulheres negras e assim começou a roda de conversa. Desci por volta de 20h30min e fui jantar em um restaurante na mesma rua da Casa das Pretas. Mais ou menos uma hora depois, o celular toca, uma voz do outro lado diz: “executaram Marielle Franco”. Uma dor imensa se abriu. Indignação, terror. O terror ali, o terror cotidiano. Mari tinha 38 anos, era negra, de favela, mãe, filha, irmã, companheira de Mônica, leonina. Tinha uma voz forte, um sorriso ímpar, mais de 20 projetos apresentados em pouco tempo de mandato na Câmara de Vereadores. Uma parlamentar exemplar, com 46 mil votos muito bem representados. Para todas nós - negras e lésbicas - dedico as reflexões aqui presentes - em especial, à força viva de Marielle Franco. Marielle, multidão. Marielle, presente!

Como andar na dor? O que é possível tirar como um comum a esses acontecimentos-dispositivos? Como a experiência social e o processo de subjetivação em viver como mulher preta e lésbica são decisivos para pensarmos as diferentes situações de opressões e assimetrias nos contextos brasileiros? Como as práticas discursivas racistas aliadas ao sexismo constituem elementos importantes que precisam ser enfrentados para que possamos realmente mudar as condições de vida da maioria das lésbicas racializadas? Como uma tomada de posição frente ao racismo, reconhecendo-o como elemento modelador das práticas sociais, como expressão máxima e sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira (GONZALEZ, 1984), é atualmente um pressuposto necessário para que transformações realmente aconteçam, especificamente as que atravessam as experiências das mulheres negras e lésbicas? Como uma perspectiva feminista negra e interseccional pode oferecer elementos epistemometodológicos que potencializem as reflexões, análises e tomadas de posição frente às questões que envolvem categorias sociais como raça, sexo, gênero, classe, geração, entre outras? São questões como essas que impulsionam as reflexões e as apostas neste texto, sem a pretensão de dar respostas, mas no intuito de provocar deslocamentos que possam nos levar a uma tomada de posição política (no sentido da pequena política das multidões) para que possamos ter outros tempos para lésbicas negras.





Assim, a partir desses acontecimentos-dispositivos, levanto algumas reflexões e tomadas de posições conceituais que podem contribuir para um olhar mais acurado na relação interseccional entre os marcadores categoriais das diferenças. Negras/os, transexuais, sapatões, afeminadas, machonas, putas e travestis constituem corpos-subjetividades privilegiados nas relações de poder, nas violências, assujeitamentos e opressões, em que uma necroeconomia da matabilidade (vidas que se tornam cada vez mais matáveis), um necropoder (poder de morte) e uma necropolítica (política da morte) (MBEMBE, 2018) infelizmente vão colocando em degradês econômicos as vidas que são mais possivelmente matáveis ou mais matáveis do que outras. Em nenhum momento estou afirmando ou tomando esses modos de vidas como iguais. Pelo contrário, é na força de suas diferenças e diferentes modos de ser e estar nos mundos que pode residir um comum: marcadores categoriais e dinâmicos como raça, gênero, sexualidade, território, classe, entre outros, interseccionados, vão compondo uma gramática em que a política da matabilidade opera ações cotidianas.

É impossível enfrentar o debate dos modos de vidas das lésbicas negras sem enfrentar as questões raciais. As formas como as relações sociorraciais foram construídas e são vivenciadas nos diferentes contextos brasileiros constituem o que tenho chamado de espinha dorsal, na qual a raça, enquanto uma ficção materializada nos corpos e processos de subjetivação, produz processos singulares, pigmentocráticos, interseccionalizados com território, origem, idade, escolaridade, entre outros, marcados pelo comum da exclusão. É necessário tomar o marcador raça como a espinha dorsal pela qual as práticas discursivas racistas perpassam os corpos-subjetividades, evidenciando o gendramento e sexualização da raça, bem como a racialização das performatividades de gênero e sexualidades (LIMA, 2017).

Para enfrentar as questões raciais e as práticas racistas nos contextos brasileiros, precisamos enfrentar a urgente necessidade de desmantelarmos por completo o mito da democracia racial, o imperativo da miscigenação e a ideia de cordialidade como elementos modeladores das relações sociorraciais no Brasil. Isso só se torna possível se encararmos os elementos de colonialidade que estão presentes nas nossas práticas cotidianas, principalmente as linhas de força que ressoam, a partir do processo escravocrata e dos elementos que estão



presentes no imaginário e nas práticas sociais. Colonialidade essa a qual chamo de “colonialidade em colapso” – que se tornou mais visível e dizível na última década, a partir de políticas sociais e de ações afirmativas que possibilitaram uma precipitação das relações raciais que enfrentamos cotidianamente no Brasil.

Argumento e defendo que uma perspectiva interseccional deve atentar para o fato de que os marcadores sociais da diferença são singulares, apesar de se atravessarem o tempo inteiro. Essa singularidade, no caso das vicissitudes que o Brasil tem vivenciado, principalmente na última década, confere uma força à ficção racial à brasileira e requer de nós um enfrentamento na urgente agenda contemporânea brasileira marcada pela raiva, pelo tormento, pelo ódio, pelo desassossego. Nesse sentido, abro breves reflexões sobre a questão racial.

### **3) Raça - esse grande delírio e a sintomática neurose cultural brasileira**

*Se aprofundarmos a questão, a raça será sempre um complexo perverso, gerador de medos e tormentos, de problemas de pensamento e de terror, mas sobretudo de infinitos sofrimentos e, eventualmente catástrofes. Na sua dimensão fantasmagórica é uma figura da neurose fóbica, obsessiva e, por ventura, histérica (MBEMBE, 2014, p. 25).*

A noção de raça e as materializações de seus efeitos são fundamentais para a compreensão do que chamamos de modernidade. A percepção e as experiências com pessoas de origens e hábitos diferentes sempre estiveram presentes na circulação e contato, tanto nos povos da antiguidade como nas comunidades feudais. No entanto, a formulação conceitual e a operacionalização da noção de “raça” permitiu a consolidação do que chamamos de modernidade, de todo o processo de colonização e neocolonização, bem como o enfrentamento contemporâneo dos processos de descolonização em diferentes partes do mundo. Michel Foucault (2005), seguindo as reflexões sobre biopoder-biopolítica, deixa claro como a questão racial foi preponderante, principalmente na classificação e controle das raças ditas degeneradas, por meio das práticas eugênicas no final do século XIX e início do século XX. Foi essa combinação, sem dúvida, a sustentação das máquinas



capitalísticas e dos chamados Estados Modernos, sedimentados no que se convencionou como racismo de Estado, mudando completamente o funcionamento das práticas raciais.

A partir da consolidação da maquinaria biopoder-biopolítica, o racismo passou a ser um mecanismo fundamental dos poderes, fazendo um corte entre o que devia viver e o que devia morrer, segmentando as populações, fragmentando-as e produzindo censuras e mortes; fazendo valer a máxima positiva de que quanto mais você deixar morrer, mais você viverá (FOUCAULT, 2005).

Como nos lembra Mbembe (2014b, p. 6), “a crítica da modernidade estará inacabada enquanto não compreendermos que o seu advento coincide com o princípio da definição de raça e da lenta transformação deste princípio em matriz privilegiada de dominação ontem como hoje”. Seguindo as pistas desse pensamento, que já encontrava em Frantz Fanon (2008) o terreno fértil (uma reflexão crítica e contundente sobre a criação de novo gênero “um/a preto/a”), temos como tarefa imediata a necessidade de repensar o conceito de negro(a), bem como redefinir os diagramas de poder que são construídos, mantidos e agenciados pela branquidade como forças hegemônicas.

Ampliando o exercício de um pensamento crítico, é preciso compreender a complexa construção da gramática sociorracial no Brasil, onde as práticas discursivas racistas se construíram e atuam a partir de algumas singularidades. Como nos diz Kabengele Munanga, “o racismo é o crime mais perfeito no Brasil”<sup>14</sup>, tornando evidente “a dupla morte de pretos”<sup>15</sup> e pretas.

Dessa maneira, a colonialidade à brasileira assumiu características bem específicas, como a construção do que se designa como o mito da democracia racial, o imperativo da miscigenação (MUNANGA, 2017) e o processo de embranquecimento da população preta brasileira. Essas construções formam um conjunto semiótico que se materializa e evidencia como as práticas discursivas racistas são, muitas vezes, silenciosas e/ou mascaradas por outros discursos que - quando expostos - visibilizam as suas faces mais perversas; tornando a

---

14 Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/2012/02/09/nosso-racismo-e-um-crime-perfeito/>. Acesso em 24/10/2017.

15 Disponível em: <http://www.iea.usp.br/noticias/racismo-causa-dupla-morte-munanga>. Acesso em 24/10/2017.



questão racial e suas complexidades um dos grandes desafios que precisamos enfrentar na agenda social contemporânea brasileira.

#### **4) Mulheres, Negras e Lésbicas – Por uma agenda visível e urgente**

Achille Mbembe (2018), no instigante ensaio chamado *Necropolítica*, fez um esforço em chamar a atenção para a insuficiência da categoria “biopolítica” para explicar os diagramas e agenciamentos do saber-poder em diferentes contextos atuais. A partir do conceito intercessor de “necropolítica” (política da morte, política da matabilidade), Mbembe racializa e sugere que os regimes políticos atuais obedecem ao esquema de “fazer morrer e deixar viver”, redefinindo as noções de Soberania, Estado, Cidadania, Vida-Morte, entre outras.

Em contextos como o brasileiro, segundo o relatório sobre assassinatos de LGBTTs no Brasil elaborado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), “343 LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais) foram assassinados no Brasil em 2016. Nunca antes na história desse país registraram-se tantas mortes, nos 37 anos que o Grupo Gay da Bahia (GGB) coleta e divulga tais homicídios. A cada 25 horas um LGBT é barbaramente assassinado vítima da ‘LGBTfobia’, o que faz do Brasil o campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais”<sup>16</sup>.

Apesar de constituir um instrumento potente, o relatório construído pelo GGB deixa algumas lacunas que nos possibilitam reflexões, inquietações e indagações, principalmente quando esses dados são atravessados pela categoria raça. O número de vítimas que estão sob a denominação de “não declarados/as”, junto com a soma de pretos e pardos, aponta para a necessidade de um olhar mais crítico e aprofundado a partir do debate racial, pois uma grande parte dos “não declarados/as” pode estar dentro da categoria de negros/as (pretos/as e pardos/as). Além disso, destaque - a partir dos gráficos apresentados no relatório - que os gays, seguidos das travestis e transexuais, são os segmentos da população LGBTT com as maiores estatísticas e percentuais de assassinatos. No entanto, as reflexões neste texto não partem de uma comparação entre as maiores taxas percentuais (apesar de compreender que os recortes são importantes e singulares). O foco

---

16 Ver <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/01/relatc3b3rio-2016-ps.pdf>. Acesso em 14/05/2018.



deste trabalho opera mais a partir da invisibilidade no que se refere ao grupo de lésbicas, em um recorte racial e interseccional.

É impossível não relacionar essa experiência ao vivido cotidianamente pelas negras e lésbicas, principalmente aquelas que compõem os grupos marcados por atravessamentos que os tornam mais expostos às vulnerabilidades: pobres, moradoras de favelas, comunidades e periferias das grandes e pequenas cidades e campos. Produzir esse visível foi um dos objetivos deste texto, entendendo a multiplicidade dos contextos diaspóricos e as diferentes experiências de subjetivação forjadas nesses processos.

Dessa forma, faz-se necessário enfrentar o debate, entendendo a raça como uma ficção materializada nos corpos e processos de subjetivação que são singulares, pigmentocráticos, interseccionalizados com territórios, origem, idade, escolaridade, entre outros. Por outro lado, reforço o quanto é necessário tomarmos o marcador raça como a espinha dorsal pela qual as práticas discursivas racistas perpassam esses corpos-subjetividades, evidenciando o gendramento e sexualização da raça, bem como a racialização das performatividades de gênero e sexualidades.

Muito antes da interseccionalidade se configurar enquanto um conceito forjado por Kimberlé Crenshaw (1994, 2002) e um domínio de investigação, muitas pensadoras, principalmente sob a égide do feminismo negro, tomaram a questão das mulheres a partir de diferentes eixos de opressão, principalmente o racismo, o sexismo e o classismo, entre estas bell hooks (1984, 2000), Audre Lorde (1984), Ângela Davis (2016, 2017), Lélia Gonzalez (1984) e Sueli Carneiro (2011). Assim, uma gênese dos estudos interseccionais pode ser encontrada em teóricas entendidas e autocompreendidas como mulheres negras e mulheres de cor, tentando criar não apenas um conceito, mas análises que dessem conta das múltiplas opressões que atravessam diferentes experiências.

Dependendo dos lugares que ocupamos e da ausência de diretos sociais e individuais que acabam por se converter em privilégios, algumas vidas passam a ser um espaço de investimento de uma política da matabilidade. Para que possamos combater e minimizar as estatísticas e as diferentes violências que envolvem as experiências aqui descritas, precisamos, antes de tudo, tirar as negras lésbicas e bissexuais da invisibilidade. As nossas vidas importam.



Sendo atravessada por experiências de dor e sofrimento, permanecem perguntas: como desenvolver o pensamento crítico? Como potencializar as fissuras na colonialidade ainda persistente? Como apostar sempre nos possíveis? Acadêmicas e acadêmicos que somos, precisamos nos implicar nesse processo. A academia precisa romper o silêncio muitas vezes perpetuado diante das opressões, principalmente as raciais, sexuais e de gênero, bem como romper com os “encantamentos” acadêmicos pela excessiva teorização, muitas vezes desnecessária para além do jogo epistemológico. Encerro - com um fim que nos lança sempre para a frente - com um poema escrito por Conceição Evaristo (2008), uma das maiores escritoras negras brasileiras, adaptado para homenagear Marielle Franco:

*“Não, nós nos negamos a acreditar  
Que um corpo tombe vazio  
E se desfaça no espaço  
Feito poeira ou fumaça  
Adentrando-se no nada dos nadas  
Nadificando-se  
Por isso, na solidão desse banzo antigo  
Rememorador de todos e de todas  
Os que de nós já se foram  
É no espaço de nossa dor que desenhamos  
A sua luz-mulher – Marielle Franco  
E as pontas de sua estrela enfeitarão os dias  
Que ainda nos aguardam  
E cruzarão com as pontas de outras estrelas  
Habitantes que nos guiam  
Iluminando e nos fortalecendo  
Na constelação de nossas saudades”<sup>17</sup>.*

## **Bibliografia**

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

---

<sup>17</sup> Ver <https://www.facebook.com/psolriodejaneiro/videos/950700788437527/>.





CLARKE, Cheryl. El lesbianismo: un acto de resistencia. In: Moraga, Cherríe & Castillo, Ana. *Esta puente, mi espalda*. San Francisco, ism press, 1988.

COLLINS, Patricia Hill. Rasgos distintivos del pensamiento feminista negro. In: MERCEDES, Jabardo. *Feminismos negros: uma antologia*. Madrid: Traficante de sueños, 2012.

CRESHAW, Kimberlé. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color. In: FINEMAN, Martha Albertson; MYKITIUK, Rixanne (Ed.). *The Public Nature of Private Violence*. Nova Iorque: Routledge, 1994.

\_\_\_\_\_. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista de Estudos Feministas*, ano 10, 2002. Florianópolis: UFSC.

DAVIS, Angela. *Mulheres, Cultura e Política*. São Paulo, Boitempo, 2017.

\_\_\_\_\_. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo, Boitempo, 2016.

EVARISTO, Conceição. *Poemas da recordação e outros movimentos*. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

FANON, Frantz. A experiência do vivido. In: \_\_\_\_\_. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Salvador, EDUFBA, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo, Martins Fontes, 2005.

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro*. São Paulo, Editora 34, 2012.

KILOMBA, Grada. *Plantation Memories – episodes of everyday racism*. Budapeste: Interpress, 2013.

\_\_\_\_\_. The Mask. Traduzido por Jessica Oliveira de Jesus. *Cadernos de Literatura e tradução*, n. 16, 2016, p. 171-180.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In: *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p 223-244.



hooks, bell. Black Women: Shaping Feminist Theory. In: \_\_\_\_\_. *Feminist Theory from Margin to Centre*. Cambridge: South End Press, 1984.

\_\_\_\_\_. Feminist Politics. In: \_\_\_\_\_. *Feminism is for everybody – Passionate Politics*. Cambridge, South and Press, 2000.

LIMA, Fátima. Vidas Pretas, Processos de Subjetivação e Sofrimento Psíquico: sobre viveres, feminismo, interseccionalidades e mulheres negras. In: PEREIRA, Melissa de Oliveira & GOUVEA, Raquel (org.). *Luta Manicomial e Feminismos: discussões de gênero, raça e classe para a Reforma Psiquiátrica Brasileira*. Rio de Janeiro: Autografia, 2017. p. 70-85.

LUGONES, Maria. Colonialidad y género. *Tabula Rasa*, Bogotá, nº9. 2008. Pg: 73-101.

\_\_\_\_\_. Hacia um feminismo descolonial. *La manzana de la discordia*, v. 6, n. 2, 2011. p. 105-119.

LORDE, Audre. Age, race, class and sex: women redefining difference. In: \_\_\_\_\_. *Sister outsider: Essays and speeches*. Freedom, CA. Press. 1984.

MBEMBE, Achille. *Políticas da Inimizade*. Portugal, Antígona, 2017.

\_\_\_\_\_. *Necropolítica*. São Paulo, n-1 edições, 2018

\_\_\_\_\_. *Crítica da Razão Negra*. Lisboa, Antígona, 2014.

MUNANGA, Kabenguele. As ambigüidades do racismo à Brasileira. In: KOM, Noemi Moritz (et.al). *O Racismo e o Negro no Brasil*. São Paulo, Perspectiva, 2017.

PERES, Milena Cristina Carneiro (et. al). *Dossiê sobre lesbocídio no Brasil: de 2014 -2017*. Rio de Janeiro, Livros Ilimitados, 2018.

RUBIN, Gayle. Thinking Sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality. In: NARDI, P. M.; SCHNEIDER, B. E. (ed.). *Social perspectives in lesbian and gay studies: a reader*. New York: Routledge, 1998, pp. 100-133.



## Race, Intersectionality and Violence: Bodies and subjectivity processes among black and lesbian women

**ABSTRACT:** Starting from race as a political category, in dialogue with the intersectional perspective, this text aims to provoke a critical reflection on the ways of life, challenges and confrontations experienced by Black lesbian women in Brazilian contexts. Black lesbians have their body-subjectivation crossed by three axes of oppression that act with great force: race, gender and sexuality, marking a triple oppression that, in line with other category-based markers such as class, generation, territory, among others, can intensify the processes of exclusion. The reflections here developed are configured in opposition to the attempts to erase racial issues, especially the erasure and silencing of Black and / or racialized lesbians in the Black movement, the LGBTTT movement and in the production of academic reflections in both Human and Social Sciences, as well as in the field of feminist theories, human rights and public policies.

**KEYWORDS:** Race. Intersectionality. Lesbianity. Violence.

***Fátima LIMA***

*Antropóloga. Professora Adjunta da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora do Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada - PIPGLA/UFRJ. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Discursos e Sociedade - NUDES/PIPGLA/UFRJ. Professora do Programa de Pós - Graduação em Relações Étnicorraciais - CEFET/RJ.*